



CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA À TOLERÂNCIA

CONTRIBUTIONS OF THE RELIGIOUS EDUCATION TO TOLERANCE

José Antônio Lucas Guimarães

Discente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: jlucasguimaraes@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo sustenta que o ensino religioso implica contradições e desafios. Entre os desafios, está a questão da metodologia e da praticidade desse tipo de ensino. Nesse sentido, é preciso utilizar dois modelos básicos de educação, implantados pela igreja primitiva e pela Reforma Protestante: educação como abertura ao diálogo e educação como direito de todos à leitura da Bíblia e da vida. Com base nesses modelos, pode-se pensar a tolerância. Essa é uma das contribuições que a educação religiosa pode dar à sociedade contemporânea. Porém, ela só cumprirá esse papel se adotar as novas pedagogias que promovem a aceitação do outro. Com isso, a tolerância será uma realidade na educação religiosa, desde que não faltem diálogo, integração e afetividade. Com mudanças de paradigmas, um ambiente de diálogo e o fortalecimento do religioso, a educação religiosa fará uma enorme diferença na promoção do respeito ao outro.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino religioso; Tolerância; Religião; Pedagogia; História da Igreja.

ABSTRACT

This article argues that religious education involves contradictions and challenges. Among the challenges is the question of methodology and practicality of this type of education. Therefore, it is necessary to use two basic models of education, set up by the early church and by the Reformation: education and openness to dialogue and education as a right for all to

read the Bible and the life. From these models, one can think tolerance. This is one of the contributions that religious education can make to contemporary society. However, it can only fulfill this role if it adopts new pedagogies that promote acceptance of others. Thus, tolerance is a reality in religious education, provided that there is enough dialogue, integration and affection. With paradigm shifts, an environment of dialogue and the strengthening of the religious, religious education will make a huge difference in promoting respect for others.

KEYWORDS

Religious education; Tolerance; Religion; Pedagogy; History of the church.

1. INTRODUÇÃO

O universo religioso e cultural é amplo e complexo. Dentro desse universo, a educação existe para formar e informar sobre as leis que regem o mundo dos indivíduos e da sociedade. Religião e cultura são os elementos essenciais à formação da sociedade.

O Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, assinado na cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008 e aprovado pelo Senado Federal, em 7 de outubro de 2009, colocou em debate a validade, autonomia e pertinência do ensino religioso no país.

No ensejo produzido pelos debates produzidos pela assinatura do Acordo, propõe-se pensar o ensino religioso e suas contribuições para a tolerância religiosa. A proposta desvia-se da busca sobre a constitucionalidade do Acordo ou da pertinência do ensino religioso para a formação do indivíduo como agente cidadão. Ela se detém na possível reflexão sobre o convívio pacífico das religiões numa sociedade cada vez mais movimentada pela dinâmica de guetos.

O presente artigo, pela vastidão de sua complexidade – de caráter sociorreligioso ou terminológico –, não passará de um ensaio. Todavia, quer ser também um convite para se pensar de forma séria e comprometida esse assunto tão relevante e atual.

Espera-se que este artigo seja um incentivo para um futuro aprofundamento desse tema.

2. EDUCAÇÃO RELIGIOSA: CATEQUESE E AUTONOMIA

Nunca uma área do saber humano foi tão castigada pelo legalismo como a educação religiosa. Os fundamentos da educação religiosa nasceram da catequese e da época em que a educação era dominada pela Igreja e por suas instituições. Daí foi um salto para que a educação religiosa fosse anexada à educação formal como uma catequese da Igreja.

Essa postura tornou a educação religiosa opressora. Primeiro, pela obrigatoriedade da disciplina. O aluno era obrigado a assistir às aulas de educação religiosa, que, na maioria das vezes, era repassada por professores que mais pareciam “beatos/as” da Igreja. As aulas eram monótonas e seguiam somente o calendário litúrgico. Ano após ano, eram repassados os dez mandamentos, os eventos da quaresma e assim por diante.

Nesse contexto, a educação religiosa deveria ser chamada de “educação da religião católica”. No Brasil, a expressão religiosa até o final da década de 1980 era predominantemente católica. Esse fato pode justificar os equívocos que ocorreram na educação religiosa de nosso país. Com o pentecostalismo protestante e a presença de grupos religiosos “radicais”, como as testemunhas de Jeová e os adventistas, o sistema do ensino religioso começou a ser pensado como facultativo no currículo, o que gerou uma suspeita chegando a sugerir o falecimento da disciplina. Todavia, com o florescimento do religioso no período denominado de “pós-moderno”, debate-se a possível contribuição que essa disciplina pode oferecer ao ensino formal.

Ora, o *sensus religiosus* faz parte do espírito humano, e a inclinação ao sobrenatural está presente na nova conjuntura mundial, como diz Hastenteufel (2001, p. 16): “A verdade é que a religião é um fenômeno universal. Não existe e nem existiu um povo ou tribo que não tenha suas manifestações religiosas”. Os problemas modernos, que giram em torno da psicologia humana e das crises existenciais, elevaram a religião a um nível não conhecido há pelo menos três séculos em termos de credibilidade e busca. Isso contribuiu para que a educação religiosa, a partir do lançamento, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ocupasse espaço entre as demais

disciplinas. A LDB trabalhou essa situação, tendo em vista a percepção de que o quadro religioso no país é intenso e exige uma definição e posicionamento quanto ao ensino religioso, a fim de garantir a liberdade de expressão religiosa e o respeito ao outro. A nova fase da educação religiosa quer ser assumida não por religiosos, mas por educadores da religião. Espera-se desses profissionais o devido preparo acadêmico e psicológico!

Uma nova educação religiosa está surgindo e quer ser uma expressão formadora de consciência e de vivência dentro de um contexto de pluralidade sociorreligiosa. Jamais será a educação da “religião”, e sim educação religiosa. Gruen (1995, p. 37) explica:

Em suma, a diferença entre catequese e ensino religioso não está na temática, nem na metodologia, e sim no enfoque. A catequese supõe a fé do interlocutor (comunidade ou pessoa), e visa a educar e aprofundar esta mesma fé.

O Ensino Religioso, do ponto de vista didático, não conta com a fé como ponto de partida; nem mesmo ousa propor a fé como objetivo, pois a fé explícita, assim como não deve ser excluída, não pode ser programada: como dizem os teólogos cristãos, ela é dom de Deus, graça.

Conclui ele:

O objetivo do Ensino Religioso é: Proporcionar ao aluno as oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida, que o ajudem a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido radical de sua existência em comunidade, e a preparar-se assim para uma opção responsável do seu projeto de vida.

Ou em outras palavras: É ajudar o aluno a formular em profundidade o questionamento religioso e a dar sua resposta devidamente informada, responsável e engajada.

No tocante a isso, Mette (1997, p. 42) comenta:

Se a educação religiosa, por seu lado, não quer pretender dar mais um empurrão a estes processos de despotencialização dos seres humanos e de seus mundos de vida, não pode se contentar

apenas em ter de alegar funções de demanda social. O tipo de desafio que se coloca na atual situação de crise é de uma importância tal que de novo se faz necessária uma conscientização de objetivos e tarefas da educação e formação no nível dos fundamentos teológicos e pedagógicos, para que aí se possa localizar e definir mais de perto a contribuição da educação e formação religiosas.

Faz-se, então, necessária e urgente essa realidade em nosso contexto para que a religião seja vivida e ensinada de forma sadia e fraterna. Dessa forma, como diz Gruen (1995, p. 82):

A aula de religião ajudará a vivenciar práticas transformadoras; a remover eventuais obstáculos à fé; a compreender as diversas expressões religiosas; a valorizar a própria crença e respeitar a dos outros. Será uma atitude propedêutica inestimável, seja qual for a opção de vida que a pessoa um dia vier a fazer.

Certamente, a liberdade de expressão religiosa não será uma imposição da Constituição do país ou de um grupo, mas o diálogo do religioso com a vida, com as pessoas e com Deus.

3. EDUCAÇÃO *VERSUS* EDUCAÇÃO RELIGIOSA

A educação religiosa, por um período e em razão de sua fundamentação, até parecia um corpo estranho no todo educacional, como expressa Figueiredo (1996, p. 7):

Durante longo período do desencadear do processo da educação no universo escolar brasileiro, percebemos o Ensino Religioso tratado como um apêndice. Compreendido ora como *catequese*, ora como *ensino da religião* ou *educação religiosa escolar*, é discriminado pela sua natureza eclesial e alvo dos debates mais polêmicos, durante os processos que visam a sua regulamentação como elemento normal do sistema de ensino.

Qual é o espaço da educação religiosa? Por que a religião deve estar presente na educação? A educação religiosa existe realmente?

Essas perguntas fazem parte do jogo de insinuações lançadas durante as últimas duas décadas que pediam uma justificativa para a existência da educação religiosa. No entanto, esse jogo de insinuações fazia parte do momento existencial da geração que vivia a interação da revolução racionalista desencadeada no século XVIII e que encontrou expressão nos séculos XIX e XX com a proclamação do falecimento da religião, isto é, em alguns círculos da teologia, a proclamação da morte de Deus. Mette (1997, p. 125-126) diante da pergunta “por que hoje em dia todos precisam de educação religiosa?”, declara o seguinte:

Todo ser humano se ocupa com a experiência fundamental e limite da solidão, de estar separado dos outros e busca superá-la e encontrar o caminho da unidade. A partir do fato de que todas as religiões, mesmo que das mais diferentes maneiras, procuram dar uma resposta a este problema fundamental da existência humana, pode-se generalizar que é justamente isto que é próprio das religiões. Neste sentido, a religião pertence constitutivamente ao ser humano e, portanto, não é um âmbito lateral ou especial; qualquer pessoa realiza a religião no modo como trata de sua solidão ou de se envolver em relações. O problema fundamental da existência humana torna-se hoje em dia mais agudo, num duplo sentido:

- por um lado, a experiência de, no fundo, ser supérfluo acentua a solidão interior;
- por outro, tornam-se visíveis as grandes feridas que o ser humano causou a si mesmo através da crítica à religião: a morte de Deus parece ter como consequência a morte do homem.

A religião renasceu, como previu Durkheim (1989, p. 508) ao afirmar que ela parecia “chamada a se transformar mais do que a desaparecer”. A nova geração do evento “pós-moderno” não mais tem parado de refletir sobre religião dentro das definições por vezes românticas e também dramáticas. Religião é algo que existe para a vida e não para o laboratório. A presente geração tem compreendido bem essa realidade. Essa é a revolução da religião! Quando se afirma que religião não existe

para a definição, não se quer dizer que ela não seja verificável ou contra o pensar. Quer-se criticar aqueles que tentam prender a religião em suas definições e preconceitos. Esquecem-se de que a religião transcende as definições. Esse transcender está no fato de a religião ser a expressão da vida e também da superação da própria religião. Nisso qualquer definição sobre religião traz as marcas do momento. A religião evolui com as complexidades existenciais e suas interações.

Se a religião está tão presente na vida humana, especialmente no contexto do terceiro milênio, certamente não poderia ficar fora do enfoque da educação. Mas a educação religiosa é o ensino sobre religião ou a contribuição da religião para a educação? Groome (1985, p. 20) expõe essa indagação com a seguinte pergunta: “Estamos praticando educação religiosa, ou instrução religiosa, ou educação em religião?”. E conclui: “O debate de terminologia, em educação religiosa é, de fato, um debate sobre a natureza da própria atividade”. Para responder a essa indagação, é necessário definir o que seja educação para que dessa forma possa-se definir o que seja educação religiosa.

A palavra educação vem do latim *ducare* (e seu cognato *ducere*), significando “guiar, conduzir”, e o prefixo *e*, significando “para fora”. Nisso temos: educação é a atividade de conduzir para fora (GROOME, 1985, p. 21). Essa é uma definição etimológica. Contudo, a educação é uma atividade humana (BRANDÃO, s.d., p. 11). Como diz Groome (1985, p. 19), educação “como tal não existe, o que existe é apenas o que as pessoas fazem e querem fazer em seu nome [...]”. Streck (1994, p. 11), por sua vez, afirma que

[...] educação tem a ver com a medida que damos a homens e mulheres, tem a ver com os sonhos que alimentamos em relação à sociedade. Por isso a tentativa de compreender a educação ultrapassa os limites de uma área de conhecimento ou disciplina acadêmica. A reflexão sobre educação é, pela própria natureza do objeto, uma atividade interdisciplinar.

Ora, a educação é um fazer humano. Esse fazer em si é intencional. Faz-se com base em certos pressupostos e motivações. Faz parte, entretanto, da essência da atividade educacional

a noção de transcendência. Encontramos essa noção na própria etimologia – *educare*, conduzir para fora, isto é, levar para a superação do presente rumo ao futuro/transcendência. A educação como transcendência significa um desejar: do latim, *desiderare*; *Siderare*: de *sider sidus*, astro, estrela. O desejo acontece quando o corpo voa para além dos astros, transcende!

Por estar a transcendência ligada intimamente à essência da educação, então uma boa educação pode ser chamada de religiosa, como nos diz Groome (1985, p. 45). É da própria essência da educação que ela seja religiosa. Essa consideração leva em conta somente o fato de que a educação nos primórdios recebeu sua formação e estruturação da religião. Não devemos cair num radicalismo, pois a educação religiosa assume função distinta e específica em relação à educação geral.

Se a religião foi a promotora da educação, é estranho que hoje seja um apêndice dela. Esse foi um resultado do fechamento da religião e da fragmentação da educação em áreas do saber humano provocado pelo Iluminismo. Mas é essa fragmentação que vem afirmar a necessidade da educação religiosa, pois o aspecto religioso é um campo do saber e do viver humano. Sem falar que as demais áreas sofrem influência do religioso, pois como diz Hastenteufel (2001, p. 16):

Hoje há unanimidade em torno da afirmação: o homem é um ser multidimensionado, que tem uma dimensão biológica, uma dimensão social, uma dimensão cultural e uma dimensão religiosa. A pessoa humana é como uma mesa de quatro pés que só fica perfeitamente equilibrada se cada um dos pés tiver o mesmo tamanho. Assim, o homem multidimensionado só está em perfeito equilíbrio se todas as suas dimensões forem igualmente desenvolvidas.

O que levou a igreja a envolver-se com a educação? Podem-se destacar três fatores:

1. A fé cristã desde cedo colocou dois livros como seu fundamento: o livro da natureza e o livro de Deus (a Bíblia);
2. A teologia natural ao afirmar que pela observação da natureza podia-se chegar a Deus; e
3. O modelo professor-aluno apresentado na Bíblia.

Isso significa que a educação formal pode conviver pacificamente com a educação religiosa, visto que esta não pretende outro espaço além daquele que lhe é devido. Está-se, portanto, diante da superação desse impasse – educação *versus* educação religiosa – rumo a uma educação holística que busque a integração, pois todos os aspectos devem ter seu espaço de estudo e ensino. Com isso em mente, a tarefa da educação religiosa “é, pois, tornar o ser humano consciente das causas da alienação de si mesmo e iniciá-lo, exercitá-lo, acostumá-lo ‘às relações que envolvem e superam o indivíduo, que o libertam de sua solidão e de sua insignificância” (METTE, 1997, p. 126). Assim, conclui-se afirmando que duas direções são centrais para a educação religiosa hoje: contribuir para o desenvolvimento total do ser humano e participar no cuidado ecoglobal.

Essas direções fazem parte também da preocupação da educação formal, o que mostra que ambas podem e devem conviver harmoniosamente no presente século.

4. A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA: LIÇÕES NECESSÁRIAS

O modelo de ensino adotado pela Igreja no início de sua existência levou em conta os métodos hebraicos e, principalmente, o greco-romano. Mette (1997, p. 58) comenta:

Do ponto de vista da teoria da socialização e da formação, a Igreja esteve no início diante de um duplo desafio: por um lado, teve de conscientizar-se a respeito das exigências que deveria fazer quanto ao saber e à prática da fé aos que recebiam acolhida na comunidade dos cristãos e queriam ser batizados. Por outro lado, os cristãos se viram desafiados a dar testemunho de sua fé num meio de religião diferente, e para isto tiveram sem dúvida de se ocupar também com a idéia que se tinha de formação naquele tempo. Tinham ainda de esclarecer qual a relação da fé cristã com isto tudo. Entenda-se que, em ambos os casos, não se encontra ainda qualquer conceito unificado e sistematicamente delimitado, mas múltiplos processos, com ênfases diversas, de busca e transmissão de modelos comprovados.

Podem-se perceber, nesse primeiro momento, o senso de “tato” e a postura antidogmática tomada pela igreja primitiva. Sua abertura é motivada por uma necessidade interna e por outra externa. Ela nasceu de uma reserva, mas, em vez de fechamento, houve abertura. Essa reserva encontrava-se na visão existencial e religiosa da Igreja e no ponto de vista greco-romano. Para estes, a formação geraria salvação para os homens, e a Igreja não via necessidade de formação para alcançar a salvação, mas somente da fé na mensagem da cruz. Essa postura primeira não pôde prevalecer, pois, com a conversão de letrados, abriu-se “a questão da possível reconciliação do cristianismo com o ideal antigo de formação” (METTE, 1997, p. 59). Assim, surgem, em Alexandria, Cesareia e Antioquia, escolas que buscavam a conciliação entre fé e formação. Para Irineu e Orígenes, a história da humanidade é um processo educacional de Deus. Clemente de Alexandria descreve Cristo como educador e mestre. Nisso surge um ideal de formação e educação cristã. Em Agostinho, esse ideal chegou ao seu apogeu. Agostinho elevou a formação cristã ao nível de obrigatoriedade. Surge o catecumenato, processo que durava cerca de dois ou três anos, com o objetivo de preparar aqueles que solicitavam e aguardavam o batismo. Nesse período, pode-se perceber nitidamente a democratização da educação, pois todos, sem discriminação de classes, recebiam a instrução.

Contudo, logo cedo o cristianismo teve que enfrentar as heresias, o que o levou a enfatizar a instrução ética e catequética. Com o monasticismo, cada vez mais a formação cristã volta-se para o aspecto da reclusão e do asceticismo. A metodologia lida com o ensino de práticas “espirituais”, tais como jejum, vigília e oração. Também o modelo do mestre e seu endurecimento proposital refletem a exigência de chegar-se ao ideal. A castidade foi valorizada, levando a uma educação religiosa inimiga da sexualidade. Mette (1997, p. 63) comenta:

Com estas tendências de “moralização” da educação, relacionada a uma clara depreciação do corpo e do mundo, incentivou-se uma práxis educativa que, por vários séculos, tornou-se uma das características decisivas de uma educação “cristã”.

Na Idade Média, houve a fundação de um grande número de escolas e, posteriormente, de universidades. As es-

colas nasceram nos mosteiros. Membros da alta camada da sociedade tinham acesso a essas instituições de formação. Na verdade, formação era, nessa época, coisa para clérigos e nobres. O povo aprendia dos “livros de pedra” – as catedrais.

Com a Reforma Protestante, houve uma nova fase. Lutero protestou contra toda e qualquer finalidade teológica da educação. Educação, segundo ele, era coisa do mundo. Educação não leva à fé. Dessa forma, “O educador livre-se assim de uma sobrecarga e a criança está preservada de uma apropriação pedagógica de seu ‘interior’ pelo professor” (METTE, 1997, p. 68). A educação é envolvida pela ação de Deus justamente em sua autonomia. Assim, “a educação pode e cabe a ela preparar o espaço ‘exterior’ para a ação de Deus no ‘interior’ do homem; ela serve à fé e à vida” (METTE, 1997, p. 68).

Lutero com a Reforma tinha duas intenções. Primeira, levar qualquer pessoa cristã a desfrutar da formação e, dessa forma, provocar uma abertura rumo à igualdade de formação. O centro dessa concepção era habilitar todos os indivíduos à leitura da Sagrada Escritura. Com isso em mente, a Reforma elaborou os princípios do corpo escolar popular – com aulas em língua alemã. Segunda, capacitar os fiéis a uma maioridade responsável na fé e libertá-los da tutela dos clérigos. Nasceram, assim, os catecismos como meio de instruir os fiéis. Lutero (apud ALTMANN, 1994, p. 199-200) chegou a pensar numa educação em que é possível a ludicidade:

[...] está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras línguas, outras disciplinas e História, com prazer e brincando. Pois as escolas de hoje já não são mais o inferno e purgatório de nossas escolas, e mesmo com tantos açoites, tremor, pavor e sofrimento não aprendemos simplesmente nada. Se tomamos tanto tempo para ensinar às crianças jogos de tabuleiro, a cantar e dançar, por que não tomamos o mesmo tempo para lhes ensinar a ler e outras disciplinas, visto que são jovens e têm tempo, são capazes e têm vontade? Falo por mim mesmo: se eu tivesse filhos e tivesse condições, não deveriam aprender apenas línguas e História, mas também deveriam aprender a cantar e estudar Música, com toda a Matemática. Pois, que é tudo isso senão meras brincadeiras de criança?

E conclui:

Minha idéia é a seguinte: os meninos devem ser enviados a estas escolas diariamente por uma ou duas horas e, não obstante, fazer o serviço de casa, aprender um ofício ou para o que sejam encaminhados, para que as duas coisas andem juntas enquanto são jovens e podem dedicar-se a isso. Do contrário, gastam dez vezes mais tempo com jogos de bolinhas, jogar bola, corridas e lutas. Por último, recomenda-se a todos aqueles que se interessam pela criação e manutenção de tais escolas e do estudo das línguas na Alemanha, que não se poupem esforços nem dinheiro para a instalação de livrarias ou bibliotecas, especialmente nas grandes cidades que tenham condições para tanto.

Pode-se perceber, por esses textos, que a visão educacional de Lutero é inovadora e ainda presente na forma de pensar a educação moderna. Como diz Altmann (1994, p. 206), “Os esforços e as propostas de Lutero tiveram uma influência histórica extraordinária na área da educação, tanto no interior da tradição luterana quanto além dela. A universalização da educação tem aí uma de suas raízes”.

Outro grande motivador educacional foi João Calvino. George (1993, p. 81), escrevendo a respeito de sua atuação nessa área, afirma:

Calvino tinha uma visão e paixão educacionais muito grandes e uma aguda sensibilidade sócio-cultural. Ele percebeu os reclamos da sociedade e da Igreja no seu momento histórico, inclusive a grande necessidade de instituições e estruturas educacionais para a população em geral (ele propôs escola pública e grátis para as crianças pobres) e para a igreja. Por isso, nos últimos anos de seu ministério, ele fundou a Academia de Genebra. O currículo continha o melhor da educação humanística, juntamente com os princípios calvinistas.

George (1993, p. 82) destaca que o discípulo de Calvino na Escócia, João Knox, reformou o ensino secular de seu país com o lema: “Uma escola em cada paróquia” e “Um mestre ao lado de cada pastor”.

Já a Igreja Católica, por meio da Contrarreforma, veio afirmar a intolerância e o dogmatismo no ensino religioso. As

novas ordens e comunidades (confrarias) intensificaram o “catequismo” e a opressão como meio de garantir a formação religiosa católica desde criança. Essas escolas de formação eram mais quartéis do que escolas. Os jesuítas, como instrumentos da Contrarreforma, exerceram muito bem esse papel!

O Iluminismo foi determinante para a pedagogia da religião. Sua influência perdura até hoje. Ele provocou a emancipação da educação da religião. A suspeita à religião, considerada “ópio do povo” (Karl Marx), só veio intensificar e radicalizar esse afastamento e essa autonomia.

Desse breve apanhado histórico da caminhada do ensino religioso, podem-se destacar lições necessárias e orientadoras de duas fases do ensino:

1. Do tato e do antidogmatismo da igreja primitiva – que em vez de fechamento houve abertura para o diálogo com o mundo;
2. Da metodologia da Reforma – que tornou a educação um direito de todos (para levar o fiel à leitura da Sagrada Escritura e da vida).

5. TOLERÂNCIA E EDUCAÇÃO RELIGIOSA: BUSCANDO PEDAGOGIAS ALTERNATIVAS

A tolerância religiosa quer ser o fator de integração das diversas religiões no combate aos problemas existenciais. É a tentativa de mostrar que as religiões podem e devem ser a alternativa para as crises do novo milênio, sem desprezar as contribuições científicas. Na busca de soluções aos problemas existências e sociais de mais de seis bilhões de pessoas, todas as atividades humanas são convocadas ao serviço em prol da humanidade e de sua preservação. Nisso, a ciência e a religião, como realização humana, são convocadas a viver a experiência da partilha.

Como superar a dificuldade do convívio pacífico das religiões? Crê-se que isso se dará no futuro quando se começar a praticar o “aprendizado da tolerância”. Ora, desde cedo o cristianismo tentou impor sua identidade em detrimento das

demais religiões. No próprio cristianismo, as cisões e as condenações macularam sua história. Essa tendência está arraigada na alma cristã. Existe um “preconceito” vivido e praticado com intensidade e defendido como honra!

Pode-se perceber que o problema tem suas raízes fincadas na formação. A palavra “pagão” foi usada para afirmar a alienação do outro em relação ao cristianismo. Os bárbaros poderiam ter sido conquistados pela fé cristã se ela não estivesse ligada ao Império Romano a ponto de ser sinônimo dele. Os bárbaros viram no cristianismo um inimigo em potencial, pois assim viam o Império Romano. E foram justamente esses bárbaros que formaram as maiores religiões do mundo. As cruzadas levavam a cruz. Ali se via a religião da espada: embriagada de sangue e possesa de ódio ao outro. Foram séculos de catequese do ódio e de intolerância. Formavam-se soldados de Cristo que mais eram soldados da morte!

São séculos de um “catequismo” guerreiro. O que dizer do futuro? Quanto à educação, Mette (1997, p. 48-49) comenta:

[...] uma educação religiosa orientada para o futuro, no contexto cristão, deve orientar-se fundamentalmente por uma tal perspectiva ecumênica. Para dizê-lo pontualmente: trata-se, em primeiro lugar, não da formação de uma identidade confessional qualquer, mas do convite a uma existência confessional que se saiba inteira e especialmente ligada a uma determinada tradição do cristianismo, ao mesmo tempo que admite como enriquecedores o encontro e a caminhada conjunta com outras religiões.

O “aprendizado da tolerância” quer deixar de viver sob o signo de um cristianismo dividido para pensar numa vivência fraterna. Essa postura traz desafios profundos, como aquele que tenta questionar “como” a fé cristã pode, de maneira autêntica, tomar pé nas diversas culturas sem que com isso se perca sua unidade.

O “aprendizado da tolerância” tem pela frente questionamento e desafio. Questionamento porque os cristãos e as igrejas são os grandes culpados do surgimento e da perpetuação do dilaceramento vivido no cristianismo. Desafio, na medida em que o *ecumene*, não somente etimologicamente, mas teologicamente, trata da possibilidade de uma terra habitável e a

busca urgente dessa realidade. Assim, em nome do futuro, deve-se conquistar e praticar uma identidade em solidariedade universal.

A possibilidade de um “aprendizado de tolerância” é uma luz que se abre no contexto do século XXI e que se torna a única saída viável para um enfrentamento e uma adaptação não conflitiva para com as religiões que invadem o campo da história humana. Ou aprendemos a conviver com a sinagoga, com o templo e com o terreiro, ou estaremos gerando um conflito de proporções inimagináveis. E quais são as alternativas para um “aprendizado de tolerância”?

Essa pergunta remete a outra de igual valor: Que alternativas pedagógicas nos subsidiarão para um “aprendizado da tolerância”? Propõem-se três pedagogias alternativas:

5.1. PEDAGOGIA DO “APRENDIZADO CULTURAL”

Primeiramente, a pedagogia do “aprendizado cultural” afirma a autonomia das culturas e o empenho para tornar a fé cristã compreensiva com base na cultura em que ela está inserida. Segundo, mostra que a formação da nossa religiosidade surgiu da apoderação ocidental-eurocêntrica, ou seja, o domínio ideológico que transformou o cristianismo em arma de conquista no Terceiro Mundo, os países conquistados.

Quando existe um reconhecimento da cultura e de sua autonomia, somos levados a respeitá-la. A forma de expressão e o jeito de ser de uma nação ou tribo fazem parte de sua liberdade de possuir sua identidade. Esse reconhecimento é o começo para que não seja imposta uma cultura sobre a outra. Este é início do fim do preconceito – conceber antes sem conhecimento e aprofundamento do caso, levando em conta gostos e sentimentos próprios – e da ideologia herdada.

Além do reconhecimento da cultura, que é em si uma formação, deve-se fazer uma crítica profunda de nossa cultura e de sua originalidade, pretensões e motivações. O preconceito – que em muitos casos tem se tornado cultura –, a cosmovisão e os paradigmas tiveram uma origem. Onde? Quando? Por

quê? Para quê? Que consequências trouxeram e trarão? E o que fazer com essas descobertas? São perguntas que nos impedem de “sacralizar” e perpetuar preconceitos, exclusões e absurdos em nome da religião ou da cultura.

5.2. PEDAGOGIA DA HOMINIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO

A “pedagogia da feminização” é fruto da revolução sexual desencadeada desde o início do século XX¹. O que outrora foi um movimento, hoje, além de movimento, faz parte da formação e exigência da mulher.

A “pedagogia da feminização” quer ser aquela tentativa de investigar, conscientizar e propor os espaços e os novos horizontes para a existência da feminilidade com toda sua potencialidade. A “pedagogia da feminização” cuida para que a descoberta do corpo não se transforme em abuso do corpo.

Nunca algo foi tão combatido e castigado quanto o corpo. A concepção do corpo do período medieval conduziu a uma negação completa. A expressão corporal foi levada ao extremo da repressão. Tomou-se emprestado de Platão a filosofia da beleza da alma e da prisão do corpo (SNOEK, 1985, p. 23). O corpo tornou-se o pai da maldade. Era um mal necessário. Os monges viviam a penalizá-lo. Era necessário domesticá-lo e educá-lo pela dor. Corpo doído, alma sarada!

Os tempos mudaram. Chegou a revolução sexual da década de 1960: “Não faça guerra, faça amor/sexo”. Se, no misticismo medieval, o corpo era ferido em açoites, no biologismo moderno ele foi açoitado pelo prazer e pelo comércio. O corpo foi castigado pelo sexo e pelas drogas. Torna-se corpo furado, “picado”. Até aí é só produto de consumo interno, do companheiro, do amante. Mas logo se torna um produto de consumo externo: “A sexualidade contemporânea é uma ‘sexualidade de consumo’, vai dirigida ao homem-massa e, por

¹ O termo *feminização* é preferível ao termo feminista, pois este quer ser símbolo de superação da mulher em relação ao homem, e aquele quer ser símbolo da realização feminina em sua feminilidade.

isso mesmo, perde qualidade” (VIDAL, 1981, p. 472). Surge a geração do corpo saúde. Saúde: corrida louca para a modelagem do corpo. Adolescentes, jovens e adultos e a idolatria do corpo!

Não faz mal investir no corpo. Contudo, a diferença é pouca entre o uso do corpo hoje daquele da Idade Média. Hoje se castiga o corpo. É um produto. E, por demais, valioso, e sua cotação está em alta! Se na Idade Média insistia-se no castigo do corpo para libertar a alma, hoje se castiga a alma para libertar o corpo. Nessa situação, não conta mais o ser das pessoas. Sua individualidade é roubada e também sua privacidade. O corpo é consumível e descartável. É o cúmulo da idolatria ao corpo e do comércio dele. Isso acontece porque é belo? Também. Mas nem só por isso. É porque ele é produto de consumo masculino, e feminino também.

O problema da feminilidade e da hominilidade está relacionado ao corpo e à forma como convivemos com ele. É pelo corpo que existimos, expressamos, comunicamos, situamo-nos no tempo e no espaço. Corpo é presença, e, em vez de se ter corpo, “somos corpo” (DURAND, 1989, p. 30).

A feminilidade e hominilidade de fato acontecerão com a descoberta do corpo. Essa descoberta é a aceitação do corpo, que é do “eu” e do “tu”. O machismo e o feminismo são posturas de anulação do outro, do corpo. A emancipação da mulher por meio da pílula não significa a emancipação para o abuso do corpo. Essa emancipação vem somente na afirmação de sua liberdade de ser corpo e de assumir o seu corpo na sociedade. Nisso se percebe que a resposta à pergunta “O que fazer com o corpo?” traz a chave para essa pedagogia de formação humana: feminilidade e hominilidade.

5.3. PEDAGOGIA DA COSMOLOGIZAÇÃO

O mundo é uma grande aldeia global. É esse o grande enunciado do início do século XXI. As pessoas vivem ligadas e interligadas. Essa é a máxima ilusória do “mundo pós-mo-

dermo”. Ilusória pelo fato de grande parte da população mundial não viver dentro dessa realidade. Bauman (1997, p. 47-74) chama a atenção para aquilo que ele denomina de “universalismo ilusório”. Isso porque o “homem universal” devia ser um “eu não-sobrecarregado”. Em outras palavras, o “homem universal”, mesmo afetado pelas crises, contudo capaz de escapar das “raízes e lealdades comunitárias; de erguer-se, por assim dizer, a um plano mais elevado e ter daí visão dilatada, imparcial e crítica das exigências e pressões comunitárias” (BAUMAN, 1997, p. 49).

O que se vê, entretanto, é o ser humano “pós-moderno” e globalizado envolvido por problemas e dilemas que o transcendem. É, por isso, que o ser humano “pós-moderno” e globalizado é uma ilusão. Recorrendo à linguagem bíblica, tem-se uma nova Babel, onde as pessoas se cruzam, constroem seus edifícios, que tocam os céus, mas estão fadadas ao isolamento e ao fechamento. O sonho da vida regida por uma só língua é descartado dentro desse mundo babilônico.

A pedagogia da cosmologização será a busca de levar esse ser humano “pós-moderno” rumo à sua universalização. Não a universalização ideológica, mas a ontológica e mística. Por meio dessa pedagogia, o ser humano é educado para viver como parte do “cosmos”. Sua aldeia não é somente a aldeia humana. O mundo animal e vegetal é também sua aldeia ambiental. Por meio dessa educação, busca-se a integração total do ser humano na preservação da vida.

6. PRINCÍPIOS PARA A APLICAÇÃO DA TOLERÂNCIA NA EDUCAÇÃO RELIGIOSA

6.1. PRINCÍPIO DO DIÁLOGO

O tempo dos fechamentos e das exclusões faz parte do passado? Quando a presença da religião torna-se a marca do século XXI, deve-se prevenir dos absurdos em nome dela. Não se deve imaginar que a sociedade já avançou o bastante para

não viver outro tempo de inquisições. Os campos de concentrações nazistas são a prova do que o ser humano pode produzir se for dominado pelo preconceito e pelo orgulho.

Partindo dessa análise, o diálogo é o primeiro princípio que se considera essencial para a aplicação da tolerância na educação religiosa. Ora, a tolerância é diálogo. E diálogo é tolerância. O que existe de excelente no diálogo é aquilo que Streck (1994, p. 34) declara: “Diálogo, portanto, não significa ausência de posições”. E mais, “diálogo não significa ausência ou indefinição de papéis” (STRECK, 1994, p. 35).

No diálogo, pode-se sentar junto sem deixar de ser e sem anular o outro. O sentar junto não é um medir forças e nem uma disputa. É a lei do respeito mútuo, o que no dizer de Paulo Freire (1987, p. 79): “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens”. Esse profundo amor é o respeito, a aproximação reverente diante do outro cuja vida é dom de Deus. E mais: “Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também diálogo”, pois “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 1987, p. 80). É esse amor, aproximação reverente ao outro, que nos habilita a falar na linguagem universal da concórdia: o diálogo.

Para viver essa realidade, é necessário deixar de lado o diálogo experimental aprendido para assumir o diálogo da tolerância – do compreender e conviver ou do conviver para compreender.

6.2. PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO

Paulo Freire (1987, p. 52) afirmava que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. É essa comunhão libertadora, que integra as raças, os credos e as classes em busca de objetivos comuns e necessários para todos, que formará o segundo princípio da tolerância na educação religiosa.

A busca por integração e associações é uma necessidade básica do século XXI. O isolamento não deve ser uma característica desse século. Pelo contrário, é um problema que buscamos evitar de todas as formas. Contudo, na educação religiosa,

a tolerância vem mostrar que, como membros desta imensa nave cósmica, a Terra, é possível superar a solidão e fazer parcerias significantes.

6.3. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

O “pós-moderno” é uma época de intensidade afetiva. As experiências tendem a ser mais profundas e místicas. Esse terceiro princípio, contudo, conhece um perigo. Enquanto as pessoas dão vazão aos sentimentos e às experiências, suas ligações religiosas tornam-se mais dogmáticas, e o fechamento religioso, caminho de violência.

Para superar esse dilema, é necessário lembrar-se do poder do calor humano em uma época impessoal. Em busca desse calor, será possível levar inimigos religiosos ao abraço. Mais vale um religioso abraçado do que solitário!

7. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA À PROMOÇÃO DA ECUMENICIDADE

7.1. MUDANÇAS DE PARADIGMAS

Paradigma é a maneira organizada, sistemática e corrente de nos relacionarmos com nós mesmos e com todo o resto à nossa volta; em outras palavras, é a forma de ver o mundo e de organizá-lo. É essa forma de ver o mundo, organizá-lo e defini-lo que vem caracterizar e orientar nossos valores, sonhos, comportamento, projetos e a sociedade.

O paradigma do preconceito racial leva em conta que a cor branca é mais bonita do que a negra. E não somente isso, mas que as próprias pessoas brancas são melhores. A vida então passa a ser vista pelos conceitos do racismo.

A educação religiosa, ao trabalhar os valores das pessoas e afirmar a dignidade de cada pessoa, por causa de sua filiação única, pode e deve quebrar os paradigmas que foram e são cultivados na sociedade.

Os exageros em nome da religião são exageros vividos com base nos paradigmas. Quando se assume como regra que não “se podem discutir questões de religião, política e futebol”, percebem-se aí a formação e conservação de um paradigma. Paradigma esse que provoca não só a violência, como também a alienação.

Trabalhar mudanças de paradigmas é uma tarefa difícil, principalmente quando esses paradigmas já foram incorporados à cultura do povo de modo a fazer parte de sua identidade. É lícito nesse caso quebrar tais paradigmas? Quebrá-los não seria uma afronta à identidade do povo e uma contribuição para sua alienação histórica? Crê-se que não. Na medida em que esses paradigmas foram gerados com base em fatores ideológicos preconceituosos, o desmantelamento desses padrões é uma contribuição para a libertação das pessoas.

Em relação à tolerância, percebe-se que o grande empecilho encontra-se justamente nos paradigmas, chamados de “tradição”. Há muita “tradição” que outrora serviu de defesa da fé e que foi perpetuada como pedra de tropeço para a comunhão religiosa!

7.2. AMBIENTE DE DIÁLOGO

A educação religiosa gera um espaço único no meio social. Esse espaço é da união de pessoas num mesmo espaço com objetivos comuns. Em lugar nenhum pode-se viver o espírito ecumênico de forma tão livre e espontânea do que naquele proporcionado pela educação religiosa. Gruen (1995, p. 137) comenta: “A linguagem brota da vivência religiosa. Numa Escola em que se cultiva a consciência crítica e se vive com coerência, a linguagem se purifica: deixa de ser dominadora para tornar-se libertadora”.

É justamente esse espaço “neutro” e de comum uso que pode servir de grande momento da realização da tolerância.

7.3. O FORTALECIMENTO DO RELIGIOSO

A tolerância leva em conta a existência do religioso em suas variadas formas e expressões. A educação religiosa vem

favorecer o fortalecimento da religião ao mostrar sua importância e validade para a sociedade, bem como vem criar o espaço para a vivência religiosa. Como diz Hastenteufel (2001, p. 16):

Praticar uma religião, com alegria e entusiasmo, revela acima de tudo um equilíbrio humano e psicológico da pessoa. Terá muitas conseqüências positivas. Normalmente as pessoas que praticam a sua religião valorizam a família e cultivam muitos valores humanos. Dificilmente uma pessoa que vive a sua religião cai na criminalidade.

Os séculos XIX e XX são a prova de que, quando a religião é negligenciada e subestimada, as conseqüências para a formação do ser humano como corpo solidário no universo são extremamente graves. Fortalecer o religioso é fortalecer as bases da psicologia humana. A religião é a alma da existência humana. Se Karl Marx propôs que ela era alienação, crê-se que o contrário é que expressa a realidade atual. A religião tem o poder de elevar a dignidade do ser humano e de incentivar as suas mais ocultas potencialidades. Fortalecer a religião é fortalecer o ser humano naquilo que ele tem de mais significativo: sua transcendência e a capacidade de se solidarizar.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação e religião. Duas forças que se cruzam e que devem se unir. Ambas se encontram intimamente ligadas à história humana. Pode-se chamar a religião de senhora da história, e a educação, de suprema serva, aquela que está a serviço sempre.

No mundo complexo da atualidade, religião e educação são chamadas para trabalhar em prol do bem comum. O ensino religioso surge com a tarefa de ser a ponte entre a religião e a educação. E não somente isso, mas ser um fator de suma importância para a tolerância religiosa.

O ensino religioso – dentro de seus objetivos que são: ajudar o aluno a formular em profundidade o questionamento religioso e a dar sua resposta devidamente informada, respon-

sável e engajada, bem como levá-lo a crescer, considerando como significativo o respeito e a compreensão da religião do outro – pode ser a chave para a tolerância.

O ensino religioso como formador de nova consciência crítica e libertadora (mudança de paradigmas), como gerador de um ambiente de diálogo e como o fortalecedor do espírito religioso será um instrumento de considerável impacto neste terceiro milênio.

É certo que mais contribuições o ensino religioso há de proporcionar. Quem sabe um aprofundamento posterior desse assunto poderá nos mostrar contribuições ainda mais pertinentes para a promoção da tolerância religiosa.

O maior milagre de Deus na vida humana é aquele que promove a unidade em meio à diversidade. Que a “diversidade” não seja “adversidade”!

REFERÊNCIAS

ALTMANN, W. *Lutero e libertação*. São Paulo: Ática, 1994.

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BRANDÃO, C. R. O que é educação? In: BRANDÃO, C. R.; GUIRALDELLI JR., P.; WANDERTEY, L. E. *O que é educação, pedagogia, universidade*. São Paulo: Círculo do Livro, [s. d.]. (Coleção Primeiros passos, 19).

DURAND, G. *Sexualidade e fé: síntese da teologia moral*. São Paulo: Loyola, 1989.

DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

FIGUEIREDO, A. de P. *O ensino religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEORGE, S. K. *Igreja ensinadora*. Campinas: LPC, 1993.

GROOME, T. H. *Educação religiosa cristã*. São Paulo: Paulinas, 1985.

GRUEN, W. *O ensino religioso na escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HASTENTEUFEL, Z. Por que ensino religioso na escola? *Revista Mundo Jovem*, Porto Alegre, PUCRS, ano 39, n. 313, p. 16, fev. 2001.

METTE, N. *Pedagogia da religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SNOEK, J. *Ensaio de ética sexual*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

STRECK, D. *Correntes pedagógicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIDAL, M. *Moral de atitudes: ética da pessoa*. 2. ed. Aparecida: Santuário, 1981. v. II.